

# Casos de discriminação contra brasileiros sobem em Portugal

Aumento de 13,5% ocorre em meio a queda geral no número de denúncias

## ONDE SE FALA PORTUGUÊS

Giuliana Miranda

LISBOA A "nacionalidade brasileira" foi o principal motivo citado em queixas de discriminação relatadas em Portugal em 2021, respondendo por 26,7% do total de 408 denúncias recebidas pela Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR).

Enquanto, no geral, as reclamações por discriminação caíram no país —um decréscimo de 37,7% em relação a 2020 (655) e de 6,4% comparado com 2019 (436)—, os relatos especificamente contra brasileiros aumentaram. Em 2021, foram 109 queixas por esse motivo, enquanto em 2020 haviam sido reportadas 96; uma alta de 13,5%.

O salto é particularmente expressivo se comparado a 2017, quando houve apenas 17 registros. Naquele ano, porém o número geral de queixas de discriminação também foi bem menor, com 179 denúncias. Os dados fazem parte do último "Relatório Anual sobre a Situação da Igualdade e Não Discriminação Racial e Étnica" do país, publicado sem alarde pela Comissão contra a Discriminação na terça (9).

De acordo com o documento, "com valores substanci-

almente mais baixos", surgem a seguir as expressões "etnia cigana", com 67 queixas (16,4%) e "cor da pele negra/preto(a)/negro(a)/raça negra", com 65 queixas (15,9%).

A expressão mais genérica "estrangeiros/estrangeiras/imigrantes em geral" aparece na quarta posição, com 18 queixas (4,4% do total), "correspondendo a casos em que os ofendidos se consideraram discriminados por serem estrangeiros, imigrantes ou não portugueses, não estando em causa a ofensa a uma nacionalidade específica".

Em Portugal, dependendo das características do caso, os episódios de discriminação étnica e racial podem ser tipificados como crime ou a chamada contraordenação, um delito mais brando.

"A CICDR tem a competência de decidir e aplicar coimas [multas] e sanções acessórias no âmbito dos processos contraordenacionais. Mas tais decisões podem ser sempre objeto de recurso para os tribunais. Numas vezes são, noutras não", explica Pedro Barosa, sócio da Abreu Advogados. Em 2021, a Comissão preferiu apenas duas condenações, sendo uma multa e uma admoestação (espécie de advertência pública).

Um levantamento do projeto Combat, do Centro de Estu-

dos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, analisou dados de discriminação de 2006 a 2016 e indicou que cerca de 80% dos processos instaurados pela Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial acabaram arquivados. Houve condenação em 7,5% dos casos. No entanto, quando são considerados também os recursos que anularam ou impugnaram essas decisões, as condenações caem para 5,8%.

Na avaliação de José Falcão, dirigente da ONG SOS Racismo, as poucas condenações em Portugal fazem com que, na prática, haja impunidade

para o crime de racismo no país. "A lei não ajuda absolutamente em nada a combater a discriminação racial. Essa lei, do jeito que está, não serve para nada", afirma.

Presidente da Casa do Brasil em Lisboa, ONG que presta assistência à comunidade brasileira, a psicóloga Cyntia de Paula tem a percepção de que os imigrantes estão cada vez mais atentos. "Temos recebido mais relatos [de discriminação], mas acho que também se criou um movimento maior de denúncia", afirmou.

O assunto tem sido particularmente discutido no país após a grande repercussão das ofensas racistas proferidas por uma portuguesa contra os filhos dos atores brasileiros Giovanna Ewbank e Bruno Gagliasso. O caso aconteceu em 30 de julho em um restaurante na Costa da Caparica, próximo a Lisboa. A mulher chegou a ser detida, mas depois foi liberada pela polícia.

Em nota, a assessoria de imprensa do casal afirmou que a agressora "pedia que eles saíssem do restaurante e voltassem para a África, entre outros absurdos proferidos às crianças como 'pretos imundos'".

Os atores apresentaram queixa à polícia. O Ministério Público do país confirmou que abriu uma investigação para apurar o caso.

## Imigrantes do Brasil no país europeu batem recorde e já são 252 mil

LISBOA A população brasileira legalmente residente em Portugal chegou ao recorde de 252 mil pessoas. Com as chegadas e regularizações ocorridas nos primeiros seis meses deste ano, o número de hoje representa um crescimento de 23,1% em relação aos dados do fim do ano passado.

De janeiro a junho, o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) emitiu cerca de 47,6 mil novas autorizações de residência para cidadãos do Brasil —que representaram mais de um terço dos 133 mil documentos concedidos pelo órgão migratório português no período.

Os dados, ainda provisórios, foram revelados pelo jornal Diário de Notícias e confirmados pela Folha.

Devido à demora nos processos de regularização, que podem levar mais de dois anos até serem concluídos, a maior parte das autorizações de residência emitidas em 2022 é possivelmente de pessoas que já viviam em Portugal há bem mais tempo.

O tamanho real da comunidade, no entanto, é bem maior do que as 252 mil

pessoas contabilizadas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. A estatística não inclui quem tem dupla cidadania de Portugal ou de outro país da União Europeia nem quem está no país de forma irregular. Ainda assim, pelos dados do governo, o número de brasileiros no país já é 210% superior ao de 2016, quando havia 81,251 residentes legais.

Especialistas em migração apontam que o fluxo migratório do Brasil para Portugal deve se intensificar ainda mais, em especial devido aos novos vistos de trabalho aprovados pelo Parlamento em julho, mas que ainda não foram plenamente implementados.

A nova regra beneficia cidadãos dos países da CPLP (Comunidades dos Países de Língua Portuguesa), e a maior mudança é a autorização para quem quer procurar emprego em Portugal.

Professor da Universidade de Coimbra, o demógrafo Pedro Góis destaca que, a despeito das denúncias de xenofobia, imigrantes têm conseguido se integrar com relativo sucesso no mercado de trabalho português.

"Essa nova geração é uma mão de obra interessante para o setor do turismo. Muitos têm menos de 40 anos, falam inglês —ao mesmo tempo que falam português para se comunicar com turistas lusófonos, também lidam com as pessoas de fora", diz. GM



**Temos recebido mais relatos [de discriminação], mas acho que também se criou um movimento maior de denúncia**

**Cyntia de Paula**  
presidente da Casa do Brasil em Lisboa

**23,1%**

é o crescimento das autorizações de residência para brasileiros em Portugal nos últimos seis meses

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras